

## SUJEITOS E ORGANIZAÇÕES EM CIDADES NA PERIFEIRA E SEMIPERIFERIA GLOBAL: PISTAS EPISTÊMICAS A PARTIR DO PENSAMENTO MILTONIANO E DA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Thiago Cunha de Oliveira<sup>1</sup>

Cléber dos Santos Reis<sup>2</sup>

Sérgio Eduardo de Pinho Velho Wanderley<sup>3</sup>

### RESUMO

Neste artigo recorreu-se ao pensamento de Milton Santos, estudioso do terceiro mundo, para responder ao objetivo geral de propor pistas epistêmicas, sob a ótica decolonial e do pensamento miltoniano, a pesquisas nas quais sujeitos e organizações, em cidades periféricas e semiperiféricas globais, são analisados. Como objetivo específico promoveu-se “diálogos” entre o pensamento Miltoniano e o de distintos autores decoloniais. Utilizou-se a técnica análise de conteúdo temática para analisar as seguintes obras do autor: *o espaço dividido* e *a natureza do espaço*. Aponta-se que o pensamento Miltoniano e a ótica decolonial compartilham tanto preocupações quanto propostas de mitigação para a subordinação existente em tais regiões e, assim, propôs-se três pistas epistêmicas para pesquisadores da área de estudos organizacionais, a primeira acerca de sujeitos, e a segunda e a terceira versando sobre as organizações em si.

**Palavras-Chave:** Milton santos; Organizações; Sujeitos; Decolonialidade; Semiperiferia.

SUJETOS Y ORGANIZACIONES EN CIUDADES DE LA PERIFERIA Y SEMIPERIFERIA GLOBAL: PISTAS DESDE EL PENSAMIENTO MILTONIANO Y LA PERSPECTIVA DECOLONIAL

### RESUMEN

En este artículo se utilizó el pensamiento de Milton Santos, para responder al objetivo general de proponer pistas epistémicas, desde una perspectiva decolonial y miltoniana, investigaciones en la que sujetos y organizaciones, en regiones urbanas periféricas y semiperiféricas, son analizados. Así, el objetivo específico fue promover “diálogos” entre el pensamiento miltoniano y el de

<sup>1</sup>Doutorando na Universidade do Grande Rio.

<sup>2</sup>Mestrando na Universidade do Grande Rio.

<sup>3</sup>Docente na Universidade do Grande Rio.

diferentes autores decoloniales que forman parte del grupo Colonialidad/Modernidad/Decolonialidad. Se utilizó la técnica de análisis de contenido temática para analizar las siguientes obras del autor: *o espaço dividido e a natureza do espaço*. Se señala que el pensamiento miltoniano y la perspectiva decolonial comparten inquietudes y propuestas para mitigar la subordinación existente en tales regiones y, por lo tanto, se propusieron tres pistas epistémicas para investigadores del área de estudios organizacionales.

**Palabras clave:** Milton Santos; Organizaciones; Personas; Decolonialidad; Semiperiferia.

PEOPLE AND ORGANIZATIONS IN CITIES ON THE PERIPHERY AND SEMIPERIPHERY GLOBAL: CLUES FROM MILTONIAN THOUGHT AND DECOLONIAL PERSPECTIVE

### ABSTRACT

In this article, the thought of Milton Santos, a third world scholar, was used to respond to the general objective of proposing epistemic clues, by a decolonial and miltonian perspectives, to researches in which subjects and organizations, in peripheral and semi-peripheral global cities, are analyzed. Therefore, the specific objective was to promote “dialogues” between miltonian thought and those of different decolonial authors who are members of the Coloniality/Modernity/Decoloniality group. Thematic content analysis technique was used to analyze the following works by the author: *o espaço dividido e a natureza do espaço*. It is pointed out that miltonian thought and the decolonial perspective share both concerns and proposals for mitigating the existing subordination in such regions and, thus, three epistemic clues were proposed for researchers related to the area of organizational studies.

**Keywords:** Milton santos; Organizations; People; Decoloniality; Semiperiphery.

### INTRODUÇÃO

Embora a América Latina, assim como outras regiões, tenha passado por um processo de descolonização, tal movimento, de acordo com Grosfoguel e Maldonato-Torres (2008), foi incompleto, por ter consistido apenas no âmbito político-institucional e, assim, estar relacionado ao colonialismo, ao passo que a colonialidade é uma forma de dominação que o transpassa ao apropriar-se, além do território geográfico, das produções sociais que influenciam nas subjetividades (BAUER; SILVA; WANDERLEY, 2019).

Assim, apesar da formação de distintos países e, ainda, da independência desses para com suas metrópoles, a lógica colonial, intrinsecamente conexa às desigualdades raciais e sociais (QUIJANO, 2000), se manteve até o presente momento na América Latina, estando relacionada, especialmente, à expansão do imperialismo e do capitalismo sob outras facetas

nas subjetividades dos colonizados, se materializando, ademais de outras formas, em um cenário de dependência cultural e epistemológica, por partes dos países da região, para com os do norte global (SILVA; BALTAR; LOURENÇO, 2018).

Dessa maneira, tal dependência cultural e epistemológica é respaldada por um entendimento acerca de uma suposta neutralidade e universalidade no conhecimento – especialmente o advindo dos países centrais – pertencente à ideia moderna de Ciência, implicando em uma dependência, também acadêmica (ALATAS, 2003), do legado eurocêntrico e estadunidense e, conseqüentemente, resultando em uma desigualdade no que tange a produção, distribuição e divulgação de perspectivas oriundas dos países do sul denominados periféricos e semiperiféricos (BEIGEL; SABEA, 2014; TIRADO; 2009).

Ressalta-se que a citada dominação ocorre também no campo da Administração (ABDALLA; FARIA, 2017; CARVALHO FILHO; IPIRANGA; FARIA, 2017; FARIA; WANDERLEY, 2013) e, consoante Ibarra-Colado (2006), ainda que em menor escala, também nos estudos organizacionais.

No Brasil, pensadores como Milton Santos se destacaram por sua preocupação em elaborar teorias e perspectivas que, com base nas quais, fosse possível analisar a realidade dos territórios em regiões periféricas e semiperiféricas, o que, segundo Santos (2004), foi favorecido pelo fato do próprio ser um indivíduo do chamado terceiro mundo e, ainda, ter percorrido e estudado diversos países localizados no sul global, assim como ter convivido com distintos sujeitos dessas regiões.

De fato, tal qual os pensadores atrelados à perspectiva decolonial<sup>4</sup>, Santos (2004) criticava e explicitava, em suas obras, sua preocupação com relação à assimilação acrítica das teorias e fórmulas, elaboradas em regiões internacionais, normalmente localizadas no norte global, que tendem a ser utilizadas por governos e pesquisadores nos países periféricos.

---

<sup>4</sup> O neologismo decolonial, criado pelo Grupo M/C, sem o “s”, quer demarcar a diferença entre a proposta desse Grupo e “a ideia histórica de descolonização via libertação nacional durante a Guerra Fria” (BALLESTRIN, 2013, p. 108).

Com base no exposto, chegou-se à seguinte questão de pesquisa: de que formas o pensamento de Milton Santos, sob a ótica decolonial, pode agregar às pesquisas sobre sujeitos e organizações no âmbito urbano periférico e semiperiférico global?

Nesse sentido, embora tenhamos encontrado estudos nos quais tenha sido sugerida a proximidade de ideias entre o pensamento Miltoniano e a ótica decolonial (BALLESTRIN, 2013; BAPTISTA, 2016; SAUERBRONN; AYRES; LOURENÇO; 2017; WANDERLEY; BARROS, 2019), não foram encontradas pesquisas nas quais tenham sido discutidas tais relações e, dessa forma, o objetivo específico neste artigo é promover “diálogos” entre o pensamento de Milton Santos e o de distintos autores decoloniais membros do Grupo Colonialidade/Modernidade/Decolonialidade (C/M/D).

Ademais, considerando-se que a área do saber da Administração, assim como a de estudos organizacionais, conforme apontado, estão englobadas na colonialidade do saber – e, conseqüentemente, do poder –, busca-se responder ao objetivo geral de propor pistas epistêmicas, sob a ótica decolonial e do pensamento de Milton Santos, para as pesquisas nas quais sujeitos e organizações, no âmbito urbano periférico e semiperiférico global, são analisados.

A fim de cumprir tais objetivos estipulados, utilizou-se, como fontes principais de dados, as obras de Milton Santos denominadas: *o espaço dividido* (2004) e *a natureza do espaço* (2014), consideradas basilares na trajetória do pensador (CORREA, 2011); para fins de análise, adotou-se como técnica a análise de conteúdo com categorias temáticas (BARDIN, 2011).

Por fim, no que concerne à introdução deste artigo, ressalta-se que embora o pensamento de Milton Santos seja anterior à emergência da perspectiva decolonial, neste estudo, ao visar realizar um esforço para aproximar o pensamento miltoniano aos estudos decoloniais, busca-se, também, evitar paroquialismos na análise da obra do geógrafo, mas, de fato, permitir diálogos com debates internacionais, especialmente no concernente à América Latina, a partir do contato com os estudos decoloniais.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Nas seções a seguir serão apresentadas as perspectivas teóricas, com base na literatura pertinente, que norteiam o presente artigo, e, assim, está estruturado da seguinte forma: no primeiro subcapítulo é realizada uma breve contextualização acerca do pensamento decolonial, abordando de seu surgimento, desenvolvimento e principais autores; no segundo, apresenta-se o pensamento Miltoniano e, para tanto, ademais de abordar as principais temáticas que norteavam seus estudos, discorre-se sobre parte de sua trajetória; por fim, no terceiro, explicita-se como o entendimento sobre o conceito de território sofre alterações com o passar das décadas, com participação direta de Milton Santos.

## **O PENSAMENTO DECOLONIAL**

Para uma melhor discussão acerca da perspectiva decolonial, cabe aqui compreendermos o processo que levou ao movimento Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade na América Latina, que dentre outras contribuições, trouxe a perspectiva decolonial, a qual fornece novos horizontes utópicos e radicais para o pensamento da libertação humana, em diálogo com a produção de conhecimento (BALLESTRIN, 2013).

Nos anos 70, surgia o grupo de Estudos Coletivos e Subalternos, um movimento pós-colonial surgido na Índia, liderado principalmente por Renajit Guha, cujo principal projeto era analisar criticamente não somente a historiografia colonial da Índia feita por ocidentais europeus, mas também a historiografia eurocêntrica nacionalista indiana (GROSFUGUEL, 2008).

O movimento torna-se inspirador para um grupo de intelectuais latino-americanos e americanistas que viviam nos Estados Unidos, nos anos 90, que fundam o Grupo Latino Americano de Estudos Subalternos. Frente a um contexto global de mudanças políticas e econômicas, abre-se espaço para o avanço de uma reconstrução da história latino-americana das últimas duas décadas (CASTRO-GOMEZ; MENDIETA, 1998). O termo subalterno, que pode ser compreendido como uma classe desagregada que possui a tendência histórica de uma

unificação a partir da obliteração das classes dominantes, advém do pensamento do marxista italiano Antônio Gramsci (BALLESTRIN, 2013).

Um de seus principais intelectuais, Walter Mignolo, já denunciava a presença do imperialismo nos estudos subalternos e contestava radicalmente a ausência de ruptura com autores eurocêntricos. Em 1998, o grupo latino de estudos é desagregado e, segundo Grosfoguel (2008), duas razões podem ser atribuídas à dissolução do grupo: a incapacidade do grupo em romper com a episteme – a seu ver, ainda centrada no Norte – dos estudos regionais estadunidenses e com os estudos subalternos indianos. Para Grosfoguel, o fato de terem mantido os pensamentos de Foucault e Gramsci como referências oriundas da escola sul-asiática “acabou por espelhar o apoio dado ao pós-modernismo pelo setor do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos” (GROSFUGUEL, 2008, p.116).

Por divergências teóricas, em 2002 surge o coletivo Modernidade/Colonialidade, que teve como principais expoentes intelectuais: Dussel, Mignolo, Quijano, Grosfoguel, Walsh, Maldonado-Torres e Escobar (OLIVEIRA; CANDAU, 2013). Tal grupo, além de resgatar reflexões latino-americanas sobre as relações coloniais e o lugar do subalterno na produção de conhecimento, dialoga construtivamente com outros projetos intelectuais e políticos latino-americanos, valorizando, assim, a reflexão teórica sobre as questões históricas que envolvem a América Latina (SOUZA, 2012).

Aníbal Quijano, pensador basilar no coletivo e oriundo de uma matriz ontoepistemológica marxista (RUBBO, 2019), rapidamente se destacou entre os seus fundadores, uma vez que suas pesquisas acerca da colonialidade do poder e, por consequência, sua crítica radical ao eurocentrismo que incide sobre a subjetividade, tanto em sua produção quanto em seu controle, se tornaram a fundação epistemológica sobre a qual se apoiaram outros pesquisadores do coletivo.

Segundo Ballestrin (2013), dentre as principais contribuições consistentes do grupo, encontra-se a perspectiva decolonial, que fornece novos horizontes utópicos e radicais para o pensamento da libertação humana, em diálogo com a produção de conhecimento. A

decolonialidade aparece, portanto, como o terceiro elemento da modernidade/colonialidade. O pensamento decolonial propõe um olhar crítico e anti-sistêmico. Sua proposta tem como objetivo desconstruir o pensamento hegemônico que se impõe globalmente.

Nesse sentido, conforme Carvalho e Rosevics (2017), a ótica decolonial surge como uma crítica do Grupo M/C/D aos movimentos pós-coloniais, pois o uso de epistemologias advindas majoritariamente de autores europeus passou a ser visto como uma traição ao objetivo principal dos estudos subalternos de rompimento com a tradição eurocêntrica de pensamento.

## **O PENSAMENTO MILTONIANO**

Neste subcapítulo apresentaremos uma visão geral da trajetória do pensamento de Milton Santos, um dos expoentes da geografia nacional e internacional. Sua trajetória intelectual perdurou mais de cinco décadas, basicamente dividida em três períodos, e nos proporcionou inúmeras obras que abordaram temas de alcance distintos, como as realidades locais e o fenômeno recente da globalização, com enfoque, praticamente total, para as especificidades do então denominado terceiro mundo.

Nascido em Brotas do Macaúbas, Bahia, Milton Santos teve formação em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e fez doutorado em geografia na universidade francesa de Strasbourg. Iniciou seus trabalhos com foco nas realidades locais na cidade baiana de Ilhéus e depois partiu para pesquisas mais amplas na capital Salvador. Além disso, também atuou como jornalista e redator no jornal “A Tarde” (1954-1964).

Com o golpe de 64, partiu para o exílio (1964-1977) na França, onde experimenta o contato com diversos intelectuais europeus e a vivência do cenário de agitações sociais deflagrado no país. Nesse período, Milton Santos lança o livro *O Espaço Dividido* (1979), que segundo McGee (1982) é considerado um marco histórico na interpretação da urbanização do terceiro mundo.

Em 1977, quando retorna do exílio, o geógrafo se torna reconhecido como um pesquisador engajado, ministrando aulas em diversas universidades do Brasil. O processo de

mudanças sociais e econômicas ocorrido nessa década, aliado a um fenômeno de inovação tecnológica, propiciou a Milton Santos a abordagem de diversas temáticas, tais como a ampliação de redes geográficas, o acirramento do processo de globalização e a implantação "meio técnico-científico-informacional" (SANTOS, 1996).

Esse período chamado de "globalização", ou "mundialização", corresponde à deflagração e à intensificação dos conflitos, onde ocorre a hibridação entre o tradicional e o novo. Assim, presenciaram-se fenômenos que alteram os pontos de referência: a mistura de culturas do mundo, o multiculturalismo e as "dobras" de identidades, adotando formas que vão desde as defesas das tradições locais até as expressões mais sanguinárias de xenofobia e de limpeza étnica (GRUZINSKI, 2000).

Ainda sobre a globalização, Milton Santos (1996) denuncia que nunca houve tanta tecnologia e ciência disponíveis e adequadas para construir um mundo da dignidade humana. Porém, essas condições foram expropriadas por um punhado de empresas que decidiram construir um mundo perverso. Para o autor, o que existiria, portanto, são espaços de globalização, em que o meio técnico-científico informacional determinaria uma nova territorial do trabalho e um aumento das desigualdades territoriais e sociais historicamente construídas.

Em relação à América Latina, Milton Santos realiza uma crítica contundente sobre a aceitação entre a transição de uma história europeia no continente para uma vivência capitalista que posteriormente será chamada de globalização. Segundo o autor, isso nos traz, nos trouxe e continua trazendo problemas epistemológicos para o estudo da própria América Latina, agarrados à herança de uma Europa que ressurgia preparando as luzes da produção de uma modernidade que oferece ao mundo uma epistemologia incapaz de compreendê-lo (SANTOS, 2008).

## **TERRITÓRIO, IDENTIDADE E ORGANIZAÇÕES**

O tema território foi situado em segundo plano nos estudos geográficos, durante as décadas de 1950 e 1960, quando predominavam temas como paisagem, região e organização do espaço. Conforme elucida Haesbaert (2009), a definição de território, por sua vez, acabou adquirindo tamanha relevância a partir das últimas décadas do século 20, que também emergiu, pelo menos no contexto das geografias “latinas”, como conceito hegemônico para grande parte dos pesquisadores geógrafos.

Milton Santos realizou um artigo intitulado “Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado”, de 1979, onde propôs uma periodização para a ocupação do território brasileiro. Acabou por identificar um processo de uma “não integração” de quase a totalidade do território brasileiro a uma “integração desarticulada” quase total. Esse último processo ocorreu basicamente de um lado, devido a mundialização da economia, possibilitada pela presença universal das multinacionais da produção material e da cultura; de outro lado a integração interna do país por meio dos transportes, das comunicações, do mercado e da presença do Estado (SANTOS, 1979).

A revolução tecnológica contemporânea tem alterado de modo profundo a questão das relações entre o território com a formação da identidade dos sujeitos e com as organizações, uma vez que os locais de fluxos assumiram um caráter transterritorial. O sistema de mercado nos últimos séculos se expandiu de tal forma que se tornou o principal ordenador da vida pessoal e comunitária, ocupando os diferentes espaços reservados aos sistemas sociais (RAMOS, 1981).

Numa comparação entre uma abordagem espacial do território e uma abordagem espacial da organização, em que o caminho secular conduziu a sociedade humana à necessidade cotidiana de medida, padronização, ordem e racionalização (SANTOS, 2008), temos um processo no qual o sistema de mercado se tornou o principal mandatário da vida pessoal e comunitária, ocupando os mais variados espaços destinados aos sistemas sociais (RAMOS, 1981).

Nessa fase atual de estágio tecnológico e de novos arranjos organizacionais, os espaços que deveriam também ser dados para que os indivíduos pudessem viver de forma saudável dentro de sua particularidade como pessoas, acabam se tornando ambientes geradores de anomalias psíquicas. Santos (1987, p. 203) aponta que a Constituição Federal do Brasil deveria ratificar a função territorial: “a Constituição deverá estabelecer as condições para que cada pessoa venha a ser um cidadão integral e completo, independentemente do lugar que se encontre. O território, pela sua organização e instrumentalização, deve ser usado como forma de se alcançar um projeto social igualitário”.

## **METODOLOGIA**

O presente artigo, com base na taxonomia de Vergara (1998), é caracterizado, quanto aos fins, como exploratório – dado que não foram encontrados estudos anteriores nos quais tenha-se buscado proposições, para o campo organizacional, a partir do pensamento Miltoniano em relação à ótica decolonial –; e, quantos aos meios, como bibliográfico, por valer-se, como fonte principal dos dados, para fins de categorização a partir da aplicação da técnica de análise, dos livros elaborados por Milton Santos: *o espaço dividido* (2004) e *a natureza do espaço* (2014); ressalta-se, contudo, que outras obras do pensador não foram desconsideradas para os demais aspectos da análise.

A escolha dos citados livros decorreu-se, ademais de serem consideradas produções basilares no pensamento Miltoniano (CORRÊA, 2011), por nessas seu autor ter elaborado e aprofundado uma concepção a partir da qual os fenômenos do espaço geográfico na urbanidade – e os sujeitos neles inseridos – passariam a ser considerados e analisados com base na realidade do então denominado terceiro mundo, em oposição àquelas advindas e importadas acriticamente do norte global (SANTOS, 2004, 2014), o que é considerado por dados pensadores, tal qual Haesbaert (2021, p.144), como um período de “perspectiva descolonial latino-americana” do pensamento de Milton Santos.

A fim de alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, adotou-se a técnica denominada análise de conteúdo (BARDIN, 2011), a qual possibilita, entre outros aspectos,

descrever e interpretar o conteúdo textual de diversos tipos de documentos, de forma sistemática, com objetivo de atingir um nível de compreensão textual que transcende o plano de significação obtido com base em uma leitura comum (MORAES, 1999). A referida técnica pode ser realizada a partir de três distintas formas: análise temática ou categorial, análise formal e análise estrutural (BARDIN, 2011); tendo-se optado pela primeira neste artigo.

Ainda com base na autora, a análise de conteúdo temática deve ser elaborada em três etapas, quais sejam: *pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados, inferência e interpretação*. Na primeira etapa, seguindo os critérios de validade apontados pela autora e considerando-se que os livros a serem analisados foram previamente selecionados, realizou-se a leitura inicial das obras – inicialmente de forma flutuante e posteriormente de maneira aprofundada –, visando a formulação das hipóteses de análise; na segunda etapa elaborou-se a categorização dos trechos considerados pertinentes, a partir de sua relevância implícita (CAMPOS, 2004), por estes autores, em relação ao tema aventado; por fim, cumpriu-se o tratamento dos resultados, assim como as inferências e interpretações entre o pensamento Miltoniano e o pensamento decolonial, aspectos que serão apresentados na subseção seguinte.

Ressalta-se que, dado que busca-se neste estudo, também, promover diálogos entre o pensamento de Milton Santos para com os de distintos autores relacionados à ótica decolonial, optou-se pela categorização *a priori*, tendo sido utilizados, como categorias, conceitos elaborados por pensadores relacionados à perspectiva decolonial, quais sejam: colonialidade do saber (QUIJANO, 2000); colonialidade do poder (QUIJANO, 1995, 2000); e pensamento crítico de fronteira (MIGNOLO, 2000, 2009). Tais conceitos foram selecionados dada sua relevância no âmbito da abordagem decolonial, visto que os dois primeiros fazem parte da tripla dimensão que constitui a colonialidade (BALLESTRIN, 2013), ao passo que o terceiro é a resposta do subalterno a ela (MIGNOLO, 2000, 2009).

## **ANÁLISE DE RESULTADOS**

No presente capítulo são apresentadas, a fim de responder aos objetivos da pesquisa, as análises dos dados e, assim, inicialmente promovem-se diálogos entre o pensamento de Milton Santos e o de alguns pensadores relacionados à ótica decolonial, com base na categorização oriunda da técnica de análise adotada; posteriormente, apresenta-se as pistas epistêmicas elaboradas a partir de tais relações.

### **A COLONIALIDADE DO SABER E O PENSAMENTO DE MILTON SANTOS**

A partir da colonialidade do saber (QUIJANO, 2000), um dos principais temas estudados no âmbito da ótica decolonial, discorre-se acerca de como a geopolítica do conhecimento está relacionada, no caso da América Latina, à imposição do pensamento eurocêntrico, ancorada na concepção de modernidade, e que, na prática, impede a compreensão da sociedade a partir das epistemes e especificidades locais (LANDER, 2005).

De fato, no âmbito epistemológico, embora distintos grupos tenham, no decorrer da história, elaborado discursos, crenças, ciências e instituições a partir de suas experiências, nenhum atingiu a ênfase totalitária e universalista advinda do período denominado como modernidade, iniciado com o Renascimento e culminando no Iluminismo, no qual os europeus passaram a se ver como o centro do mundo e o ápice da evolução humana, assim como a entender o seu conhecimento como sendo universal (PINTO; MIGNOLO, 2015).

Se fez possível denotar, com base nas obras de Milton Santos analisadas neste ensaio, a preocupação do pensador no que concerne à assimilação acrítica das teorias e fórmulas, elaboradas em regiões internacionais, normalmente localizadas no norte global, que tendem a ser utilizadas, por governos e instituições locais, nas explanações acerca dos países periféricos e semiperiféricos, sem a devida consideração das especificidades regionais, consoante apontado no trecho a seguir:

[...] A estatística nacional dos países subdesenvolvidos foi elaborada, na maioria dos casos, segundo modelo estrangeiro, o que significa que se aplicaram às condições particulares de uma sociedade os parâmetros próprios à outra. A intervenção de organismos internacionais, como as Nações Unidas, só piorou o problema. No aã de

tornar os dados uniformes, utilizou-se um modelo de análise estatística comum, sem levar em conta as especificidades de cada país e história. A ideologia do crescimento tem uma grande parcela de responsabilidade nisso. Com efeito, são relacionados unicamente os dados que permitem comparações no plano internacional e concernentes aos aspectos do crescimento da economia moderna, enquanto os aspectos das economias e das sociedades tradicionais e não modernas são deixados de lado (SANTOS, 2004, p. 25).

Dessa forma, o autor explicita a primazia do pensamento estrangeiro no que concerne à utilização de perspectivas externas para a compreensão de estruturas locais, e que, além de ocorrerem por parte de governos e instituições locais, também são abraçadas pelos pesquisadores que, por distintas razões, optam pela adoção quase irrestrita do pensamento exógeno:

[...] Queixam-se de que as estatísticas são inadequadas, por não serem adaptáveis ou por serem insuficientes, ou ainda devido a problemas de interpretação – frequentemente insatisfatória –, isso para não mencionar a manipulação que é feita sob o pretexto de ajustá-las às condições locais, ou até mesmo com finalidades abertamente políticas. As perguntas essenciais se subordinam a um modelo internacional. As pesquisas realizadas por organizações locais ou por pesquisadores independentes para compensar as deficiências dos resultados são, infelizmente, muito poucas e pouco acessíveis. Isso coloca problemas fundamentais e torna mesmo difícil qualquer tentativa de comparação ou de compreensão das realidades locais. Frequentemente, o trabalho desenvolve-se com material mal selecionado e interpretado erroneamente, visto que a elaboração de estatísticas é feita obedecendo a uma transferência de conceitos elaborados para a Europa ou América do Norte e aplicados nos países subdesenvolvidos. O peso das ideias feitas, a lei do mínimo esforço, o prestígio do exemplo, tudo contribui para manter um instrumento de pesquisa baseado em ideias preconcebidas (SANTOS, 2013, p. 13).

Consoante o exposto, o pensamento Miltoniano coaduna com a crítica apontada na Colonialidade do Saber por, nessa, serem denunciadas narrativas que defendem a universalidade do conhecimento - desde que esse esteja em consonância com o pensamento eurocêntrico ou seja derivado dele - e, assim, as epistemes oriundas de regiões periféricas e semiperiféricas se desenvolvem apenas nos espaços que lhe são permitidos, quando

permitidos, o que mantém e fortalece aspectos da colonialidade no campo do conhecimento e, ainda, do poder (QUIJANO, 2005; TIRADO, 2009).

## **A COLONIALIDADE DO PODER E O PENSAMENTO DE MILTON SANTOS**

A colonialidade do poder é caracterizada por Quijano (1995), criador do conceito, como o entrelaçamento de distintas hierarquias globais de dominação, capitaneadas pelo capitalismo e pela ruptura – promovida pelo norte global – entre o pensamento de base eurocêntrica e os demais, assim como os sujeitos que se adequam, ou não, a esse, sendo um dos elementos fundantes das relações de poder, e tendo sua origem em 1492, junto com a América, Europa e o capitalismo. Cabe-se destacar que o referido conceito, além de orientar relações hierárquicas a nível global, também as norteia em esferas intranacionais (GROSFUGUEL, 2003).

No que concerne à América Latina e à colonialidade do poder, tal divisão, com base na questão racial, não ficou restrita apenas ao período histórico denominado colonial, visto que os processos de independência ocorridos, especialmente, durante os séculos 18 e 19, não foram suficientes para libertar negros e indígenas dos padrões de poder estabelecidos até então, e que, na realidade, funcionam, de outras formas, até o presente momento, o que constitui uma relação paradoxal entre Estados independentes e sociedades coloniais, visto que a hierarquização racial, atualmente, segue funcionando como uma forma extremamente eficaz dos capitalistas manterem o poder (QUIJANO, 2005, 2010).

Assim, no lastro de sua jornada, Quijano identifica um novo sistema de dominação social na qual se baseiam as novas relações de poder, a raça. A noção de raça estaria exposta na acumulação do capital e, ainda, nos modos de classificação social baseadas no controle do trabalho que teriam produzido novas identidades sociais tais como: negro, índio, mestiço e outras. Para o pensador, o capitalismo moderno e colonial deu origem a uma “concepção de humanidade segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos” (QUIJANO, 2010, p. 86).

Em *O espaço Dividido* (2004), Milton Santos se dedica a elaborar e apresentar seus pensamentos acerca da anatomia dos circuitos urbanos nas regiões periféricas e semiperiféricas componentes do então chamado terceiro mundo, os tendo segregado e denominado de circuito superior e circuito inferior (SANTOS, 2014), que formam, de fato, uma divisão em tais regiões, e apresentados pelo autor, resumidamente, da seguinte forma:

Um dos dois circuitos é resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades ligadas (SANTOS, 2014, p. 45).

Dessa forma, para Santos (2014), o circuito superior é caracterizado, também, por ser composto, no geral, por organizações diretamente relacionadas às grandes corporações globais, detentoras de tecnologias de ponta, massivas quantidades de capital – e de acesso a créditos, inclusive de fontes governamentais –, que majoritariamente empregam trabalhadores assalariados – que, por sua vez, consomem os serviços de tais organizações –, e que são elaboradas a partir do pensamento exógeno, assim como são voltadas para o exterior.

Por outro lado, o circuito inferior é caracterizado por Santos (2014) como, majoritariamente, composto por organizações de pequeno porte, detentoras de bases tecnológicas consideradas primitivas, e possuidoras de capital reduzido e não-institucional. Acerca da relação laboral dos indivíduos inseridos em tal circuito, aponta o autor:

O emprego, no circuito inferior, raramente é permanente, e sua remuneração situa-se com frequência no limite ou abaixo do mínimo vital. O contrato frequentemente assume a forma de um acordo pessoal entre patrão e empregado, mas a importância do trabalho familiar e do trabalho autônomo, ou *self employment*, é grande. A média de ocupados por unidade de produção é baixa; mas, em compensação, o número global de pessoas ocupadas é considerável. Esse circuito é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação (SANTOS, 2014, p. 45).

Nesse sentido, a divisão existente nas urbes localizadas em regiões periféricas e semiperiféricas, a partir da concepção de dois circuitos, se relaciona com o apontado por Bernardino-Costa (2007), para quem a divisão laboral entre aqueles que são, atualmente, considerados dignos ou não de formas de trabalho assalariadas, está englobada na colonialidade do poder, sendo tal divisão, em boa parte, norteadas, também, pela questão sociorracial relacionada aos traços histórico-coloniais.

Destaca-se, ainda, que Santos (2014), denomina como *homem lento* o indivíduo que, por não ser considerado apto a comungar com a alta velocidade do circuito superior - no qual busca-se a maximização de tudo a partir da ótica racional de espírito europeu - integra o circuito inferior e, dessa forma, se torna capaz de escapar, até certo ponto, do totalitarismo da racionalidade hegemônica, sendo, para o autor, o tempo dos homens lentos.

## **O PENSAMENTO CRÍTICO DE FRONTEIRA E O PENSAMENTO DE MILTON SANTOS**

Consoante Mignolo (2000, 2009), o pensamento crítico de fronteira é compreendido como uma resposta do subalterno, a partir de sua própria resistência, à imposição do pensamento eurocêntrico, ancorado na razão, que sobrepõe outras formas de pensar, a partir da consideração das epistemologias localizadas nos lados oprimidos e explorados pela lógica colonial e da colonialidade – embora sem rejeitar totalmente o conhecimento advindo do norte global.

Para Santos (2014), na realidade das urbes das regiões subdesenvolvidas, a lógica competitiva da globalização, ancorada no capitalismo e, conseqüentemente, na ótica eurocêntrica de razão e de modernidade, promove, ademais do aumento das desigualdades sociais, a irracionalidade:

[...] O imperativo da competitividade leva à aceleração da modernização de certas partes da cidade em detrimento do resto. O uso dos recursos sociais, a começar pelos bens coletivos, torna-se irracional. A globalização, pois, tem um papel determinante na produção da irracionalidade e no uso irracional da máquina urbana. A cidade já vinha criando os seus excluídos e os seus irracionais. O processo de globalização acelera esta

tendência. Ao mesmo tempo, há uma demanda de produtividade por atores privilegiados e uma produção de irracionalidade para a maior parte (SANTOS, 2014, p. 208).

Para o autor, a razão moderna, norteadora da globalização e do capitalismo, no que tange aos sujeitos em cidades de regiões periféricas e semiperiféricas - principalmente os localizados em seus espaços inferiores -, potencializa a exclusão de partes de tais pessoas a partir da recusa a outras formas possíveis de racionalidade, consideradas irracionais, e, portanto, nega a própria existência de tais indivíduos enquanto seres autônomos, seja no aspecto econômico ou em suas subjetividades.

Ante a racionalidade dominante, desejosa de tudo conquistar, pode-se, de um ponto de vista dos atores não beneficiados, falar de irracionalidade, isto é, de produção deliberada de situações não-razoáveis. Objetivamente, pode-se dizer também que, a partir dessa racionalidade hegemônica, instalam-se paralelamente contra-racionalidades. Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais "opacas", tornadas irracionais para usos hegemônicos. [...] O que muitos consideram, adjetivamente, como "irracionalidade" e, dialeticamente, como "contra-racionalidade", constitui, na verdade, e substancialmente, outras formas de racionalidade, racionalidades paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo (SANTOS, 2014, p. 210).

Dessa forma, a *contra-racionalidade* apontada por Santos (2014), norteadora do denominado *homem lento*, conversa com o pensamento de fronteira por, ao invés de se rejeitar totalmente a razão eurocêntrica, busca-se redefinir a suposta narrativa emancipatória da modernidade, a partir das epistemes e subjetividades dos próprios sujeitos locais, visando-se conjugar uma luta, orientada pelos próprios sujeitos subalternos, a partir da qual será possível produzir redefinições para as atuais formas de relações econômicas, democracia, direitos humanos, e outros aspectos norteados pela modernidade europeia (GROSFUGUEL, 2009).

Em sua teoria dos dois circuitos urbanos, principal legado teórico presente no pensamento Miltoniano e diretamente abordada em suas obras analisadas neste artigo, Milton Santos focalizou sua análise nos territórios em regiões periféricas e semiperiféricas, mais precisamente, nas formas de utilização desses que formam objetos, sujeitos e ações, e são, de fato, sinônimo de espaço humano (SANTOS, 2014).

Consoante o pensador, os territórios são segregados em dois circuitos compostos por variadas relações, já apresentados nesta pesquisa, sendo esses recortados em duas categorias: verticalidades e horizontalidades. A verticalidades estão relacionadas às ações dos grupos hegemônicos que agem de forma a manter o funcionamento global da sociedade e da economia capitalista de forma indiferente ao seu entorno, dado que são norteadas por uma lógica racional global; as horizontalidades são formadas pelo local, embora também influenciadas pelas finalidades impostas de fora, as verticalidades, o que não as configura como conformistas, pelo contrário, são locais, simultaneamente, da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta (SANTOS, 1994).

No pensamento de Milton Santos, as organizações, mais precisamente, as empresas comerciais, possuem papel fundamental nas tensões existentes nos territórios em regiões periféricas e semiperiféricas, pois as grandes empresas, alocadas nas verticalidades, tendem, a partir de relações interdependentes hierárquicas, a promover decisões que são dependentes e alienantes, já que seguem ordens, normalmente, estranhas ao lugar e orientadas desde áreas distantes; ao passo que as pequenas empresas, locais, assim como os sujeitos a elas relacionados, muitas vezes funcionam como respostas às imposições exógenas, comumente sendo consideradas, sob a ótica da razão hegemônica e global, como irracionais – por não acompanharem a velocidade exógena que tudo almeja (DEGRANDI; SILVEIRA, 2013; SANTOS, 2014).

Ainda sobre o assunto, ressalta-se que a partir das verticalidades tende-se a levar a desordem aos subespaços em que se instalam, e a ordem que criam é em seu próprio benefício, visto que são almejados processos cada vez maiores de homogeneização com fins puramente econômicos que, no terceiro mundo, resultam em desintegrações das solidariedades locais e a perda relativa da gestão local e, portanto, a tendência é que os interesses corporativos globais se sobressaiam aos das sociedades locais (SANTOS, 2002, 2014); à medida que nas

horizontalidades se faz possível a coexistência dos diversos atores regionais que formam uma solidariedade orgânica, o que permite a produção local de uma integração solidária, permeada pelos aspectos econômicos, culturais e, claro, geográficos, de tais regiões (SANTOS, 2002).

No que concerne aos estudos organizacionais no Brasil, explicita-se que foram encontradas diversas pesquisas nas quais o território foi o objeto de análise, assim como seus impactos para com: as identidades de atores regionais (SARAIVA; CARRIERI, 2014; VIEIRA; VIEIRA; KNOPP, 2010); relações de poder (LACERDA; BRULON, 2013; VIEIRA; VIEIRA, 2004), como forma de mitigar conflitos epistemológicos na área (LACERDA, 2015) e no próprio desenvolvimento local (CLOSS; OLIVEIRA; 2017; COSTA, GOULART, 2011), tendo-se, em algumas das citadas pesquisas, inclusive, recorrido ao pensamento Miltoniano, ainda que de forma secundária.

Consoante o exposto, e considerando-se que a pesquisa em Administração no Brasil, assim como na América Latina, no geral, está englobada na colonialidade do saber (ABDALLA; FARIA, 2017; CARVALHO FILHO; IPIRANGA; FARIA, 2017; FARIA; WANDERLEY, 2013) o que, consoante Ibarra-Colado (2006), ainda que em menor escala, também ocorre nos estudos organizacionais, defendemos que o pensamento Miltoniano, em consonância à ótica decolonial, possibilita a compreensão, mais acurada, de características intrínsecas às regiões periféricas e semiperiféricas, que tendem a serem desconsideradas na área, dado a diferença colonial (IBARRA-COLADO, 2006) que se escora no aspecto universalista da *hybris del punto cero* (CASTRO-GÓMEZ, 2005) e, com base no qual, tende-se a considerar as organizações do Sul como sendo imperfeições daquelas originárias no Norte global (IBARRA-COLADO, 2006), por não estarem, necessariamente, em consonância com os modelos de gestão impostos (ABDALLA; FARIA, 2017).

Cabe-se ressaltar que apesar do esforço intelectual empreendido nesta obra a fim de aproximar o pensamento miltoniano e os estudos decoloniais, há, também, distanciamentos entre tais perspectivas, tal como a forte relação intelectual de Milton Santos com o marxismo, que embora o mesmo não tenha sido um marxista ortodoxo, seus estudos, especialmente em sua segunda fase — iniciada em 1964, com o golpe no Brasil, e finalizada em 1977 (SPÓSITO, 1999) —, direcionados e focados no marxismo, foram fundamentais para a elaboração de alguns de seus conceitos basilares (BUSS *et al.*, 1991) e, portanto, igualmente necessários para

a formulação de sua epistemologia. Por outro lado, no que concerne aos estudos decoloniais, como apontado por Mignolo (2003), deve-se resistir ao Marxismo, sendo tal corrente ontoepistemológica caracterizada pelo basilar pensador decolonial, como uma das cinco ideologias da modernidade.

Por outro lado, outro pensador fundamental para os estudos decoloniais, Aníbal Quijano — que a partir da década de 1980 não mais se identificava como um intelectual marxista, tendo passado a rejeitar a ideia marxista de meios de produção como categoria de análise fundamental e a catalisar a ideia de que sociedades periféricas, como as latino americanas, são sociedades de transição — continuou a dialogar com a tradição marxista e a usar algumas de suas ferramentas analíticas sob a perspectiva da colonialidade, das análises do cenário político e econômico do capitalismo na América Latina e da eclosão dos movimentos sociais nas décadas de 1990 e 2000.

Sobre tal tensão entre as perspectivas, portanto, entendemos, tal qual Rubbo (2019), que ambas as perspectivas buscam, cada qual a seu modo, explicitar os cadáveres produzidos pela modernidade ocidental capitalista e, portanto, não são incompatíveis em seus fins, devendo ser o pensamento exógeno analisado pelo já apresentado pensamento crítico de fronteira (MIGNOLO, 2000, 2009).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No presente artigo buscou-se responder a dois objetivos distintos, quais sejam: como objetivo específico, promover diálogos entre o pensamento Miltoniano e o de distintos pensadores relacionados à ótica decolonial; e, como objetivo principal, propor pistas epistêmicas, sob a lente decolonial e do pensamento de Milton Santos, para as pesquisas nas quais sujeitos e organizações, no âmbito urbano periférico e semiperiférico global, são analisados.

Com relação ao primeiro objetivo, se fez possível promover o diálogo entre o pensamento de Milton Santos e a ótica decolonial, dado que o pensador, no decorrer de sua trajetória acadêmica – que teve o privilégio de conviver com distintos sujeitos e organizações localizados em diversos países periféricos e semiperiféricos (SANTOS, 2004), o que o possibilitou, como poucos, analisar com profundidade as especificidades de tais regiões

(DANTAS; TAVARES, 2011) –, elaborou teorias que, ao passo que atacava questões locais, criticava como o pensamento exógeno era acriticamente adotado e aplicado no então denominado terceiro mundo (SANTOS, 2013).

Acerca do segundo objetivo e, considerando-se a exposição feita no decorrer deste artigo, propomos pistas epistêmicas para as pesquisas sobre sujeitos e organizações em regiões periféricas e semiperiféricas, a fim de mitigar, na seara organizacional, a primazia da colonialidade do saber, umas das facetas da colonialidade do poder (SILVA; BALTAR; LOURENÇO, 2018), quais sejam: 1) no que concerne aos indivíduos localizados em tais regiões, especialmente os subalternos (SPIVAK, 2010), a consideração do homem lento (SANTOS, 2014) que, embora seja excluído por não ser considerado apto o suficiente a acompanhar a velocidade da razão moderna e, por isso, normalmente se encontra nos circuitos inferiores, se mostra capaz de escapar, até certo ponto, do totalitarismo da racionalidade hegemônica; 2) acerca das organizações que, por estarem inseridas ou no circuito superior ou no circuito inferior, impactam de formas distintas os territórios nos quais estão inseridas e, tanto podem estimular a verticalização do território – especialmente as grandes empresas – e a colonialidade do poder, quanto a sua horizontalização – no caso dos empreendimentos locais; e 3) no que tange às organizações e aos sujeitos pertencentes aos circuitos inferiores, compreendê-los, sob a ótica do pensamento de fronteira, como atores que, a partir de sua contra-racionalidade (SANTOS, 2014), produzem racionalidades outras e, assim, redefinem a razão eurocêntrica capitalista majoritária a partir de suas próprias epistemes, formando, de certa forma, uma luta decolonial em seus territórios.

Com relação às limitações deste estudo, destaca-se que, por termos analisado o pensamento Miltoniano principalmente com base em apenas dois de seus livros e, ainda, dado que adotamos a categorização *a priori* na técnica de análise de dados, entendemos que não esgotamos as possibilidades de relação entre as perspectivas de Milton Santos e a ótica decolonial e, dessa forma, sugere-se que em pesquisas futuras sejam analisadas, também, outras obras do autor, assim como sejam explorados e aprofundados os distanciamentos entre ambas as perspectivas ontoepistemológicas, o que não foi o foco desta pesquisa.

Consoante o exposto, acreditamos que, com esta pesquisa, ademais de respondermos aos objetivos propostos, nos unimos e coadunamos para com o apelo de Milton Santos, que

apontava a necessidade de se pensar o terceiro mundo a partir de suas especificidades, sendo uma “tarefa que exige não só a mobilização dos cérebros dos países subdesenvolvidos, mas também um esforço coletivo de todos aqueles que se interessam sinceramente pelo terceiro mundo” (SANTOS, 2004, p. 26).

## REFERÊNCIAS

- ABDALLA, M. M.; FARIA, A. Em defesa da opção decolonial em administração/gestão. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, n. 4, p. 914-929, 2017.
- ALATAS, S. F. Academic dependency and the global division of labour in the social sciences. **Current Sociology**, v. 51, n. 6, p. 599-613, 2003.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, 2013.
- BAPTISTA, P. A. N. Pensamento decolonial, teologias pós-coloniais e Teologia da Libertação. **Perspectiva Teológica**, v. 48, n. 3, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUER, A. P. M.; SILVA, V. F.; WANDERLEY, S. E. P. V. Decolonialidade, border thinking e organizações: as contribuições de Guerreiro Ramos e Celso Furtado. **Cuadernos de Administración**, v. 32, n. 58, 2019.
- BEIGEL, F.; SABEA, H. “Introducción”. In: Beigel, Fernanda, Sabea, Hanan (coord.). **Dependencia académica y profesionalización en el Sur: perspectivas desde la periferia**. Mendoza: EDIUNC, 2014.
- BERNARDINO-COSTA, J. Colonialidade do poder e subalternidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Brasileira do Caribe**, v. 7, n. 14, p. 311-345, 2007.
- BUSS, M. D. *et al.* Entrevista com o professor Milton Santos. **Geosul**, v.6, n.12, p.116-147. 1991.
- CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 57, n. 5, p. 611-614, 2004.

CARVALHO, G.; ROSEVICS, L. **Diálogos internacionais**: reflexões críticas do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Perse, 2017.

CARVALHO FILHO, V.; IPIRANGA, A.; FARIA, A. (De) colonialidade na educação em administração: explorando limites e possibilidades. **Education Policy Analysis Archives**, v. 25, 2017.

CASTRO-GÓMEZ, S. **La hybris del punto cero**: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816). Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

CASTRO-GOMEZ, S.; MENDIETA, E. "Introduccion: la translocalizacion discursiva de Latinoamerica en tiempos de la globalizacion", In: CASTRO-GOMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (coords.). **Teorías sin disciplina**: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate. Cidade do México: Miguel Angel, 1998.

CLOSS, L.; OLIVEIRA, S. R. Economía creativa y territorios usados: un debate sobre las contribuciones de Milton Santos. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 2, p. 349-363, 2017.

CORRÊA, R. L. Quem são os clássicos da geografia brasileira? E por que lê-los?. **Espaço Aberto**, v. 1, n. 1, p. 155-160, 2011.

COSTA, C. F.; GOULART, S. O jogo social e a produção de acontecimentos no território: o caso da Rede Arrozearas do Sul. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, n. 4, p. 998-1014, 2011.

DANTAS, A.; TAVARES, M. A. Introdução ao pensamento de Milton Santos: reflexões sobre o "trabalho do geógrafo...". **GEOUSP - Espaço e Tempo**, n. 30, p. 139-148, 2011.

DEGRANDI, J. O.; SILVEIRA, R. L. L. Verticalidades e horizontalidades na função comercial da cidade de Santa Maria-RS. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 12, n. 29, p. 39-50, 2013.

FARIA, A.; WANDERLEY, S. Fundamentalismo da gestão encontra a descolonialidade: repensando estrategicamente organizações familiares. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 11, n. 4, p. 569-587, 2013.

GROSFUGUEL, R. **Colonial subjects**: puerto ricans in a global perspective. Berkeley: University of California Press, 2003.

GROSGUÉL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

GROSGUÉL, R.; MALDONATO-TORRES, N. Los latinos, los migrantes y la descolonización del imperio estadounidense en el siglo XXI. **Tabula Rasa**. N. 9, p. 117-130, 2008.

GRUZINSKI, S. **El pensamiento mestizo**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

HAESBAERT, R. "Território e região numa constelação de conceitos". In: MENDONÇA, F.; LÖWEN-SÄHR, C. L.; SILVA, M. (Org.) **Espaço e tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográficos. Curitiba: Ademanan, 621-634, 2009.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2021.

IBARRA-COLADO, E. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. **Organization**, v. 13, n. 4, p. 463-488, 2006.

LACERDA, D. S. Overcoming dichotomies through space: the contribution of dialectical materialism to organization studies. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 73, p. 223-236, 2015.

LACERDA, D. S.; BRULON, V. Política das UPPs e espaços organizacionais precários: uma análise de discurso. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 2, p. 130-141, 2013.

LANDER, E. **A colonialidade do saber, eurocentrismo e as ciências sociais**: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGUÉL, R. (Orgs.) **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MIGNOLO, W. **Local histories/global designs**. Princeton: Princeton Press, 2000.

MIGNOLO, W. Epistemic disobedience, independent thought and decolonial freedom. **Theory, Culture & Society**, v. 26, n. 7-8, p. 159-181, 2009.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial y educación anti-racista e intercultural en Brasil. In: WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir (re) existir e (re) viver**. Quito: Edições Abya-Yala Quito, 2013. p. 275-305.

PINTO, J. R. S.; MIGNOLO, W. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas**, v. 15, n. 3, p. 381-402, 2015.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of world-systems research**, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. (comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. D. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

RUBBO, D. A. Aníbal Quijano em seu labirinto: metamorfoses teóricas e utopias políticas. **Sociologias**, v. 21, p. 240-269, 2019.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, M. Shared space: the two circuits of the urban economy in underdeveloped countries. Abingdon: Routledge, 1979. Resenhado por T. McGee. **Progress in Human Geography**, v. 6, n. 1, p. 146-148, 1982.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 9.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5ª Ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P.; SOARES, A. S. Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do Mercado Central de Belo Horizonte. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 2, p. 97-126, 2014.

SAUERBRONN, F. F.; AYRES, R. M.; LOURENÇO, R. L. Perspectivas pós-coloniais e decoloniais: uma proposta de agenda de pesquisa em contabilidade no Brasil. **Custos e Agronegócio**, v. 13, n. 3, p. 120-148, 2017.

SILVA, F. P.; BALTAR, P; LOURENÇO, B. Colonialidade do saber, dependência epistêmica e os limites do conceito de democracia na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas**, v. 12, n. 1, p. 68-87, 2018.

SOUZA, J. J. V. Emancipação/libertação e o movimento social do Brasil contemporâneo a partir da teoria crítica decolonial. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2012, Niterói. **Anais...Niterói**: ANINTER-SH/Universidade Federal Fluminense, 2012.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPÓSITO, M. E. B. A análise urbana na obra de Milton Santos. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 21, p. 25-42, 1999.

TIRADO, G. P. Violencia epistémica y descolonización del conocimiento. **Sociocriticism**, v. 24, n. 1, p. 173-201, 2009.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. (2a ed). São Paulo: Atlas, 1998.

VIEIRA, M. M. F.; VIEIRA, E. F. Geoestratégia dos espaços económicos: Poder local, poder global e gestão do território. In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de ciências sociais, 8, 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra: Centro estudos sociais, Faculdade de economia da Universidade de Coimbra, 2004.

VIEIRA, M. M. F.; VIEIRA, E. F.; KNOPP, C. Espaço global: território, cultura e identidade. **Revista Administração em Diálogo-RAD**, v. 12, n. 2, 2010.

WANDERLEY, S.; BARROS, A. Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: Towards a Latin American agenda. **Management & Organizational History**, v. 14, n. 1, p. 79-97, 2019.

**Submetido em 26/04/2021**  
**Aprovado em 23/03/2022**